



Abrantaqua – Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, S.A.

Relatório e Contas 2015

abrantaqua 

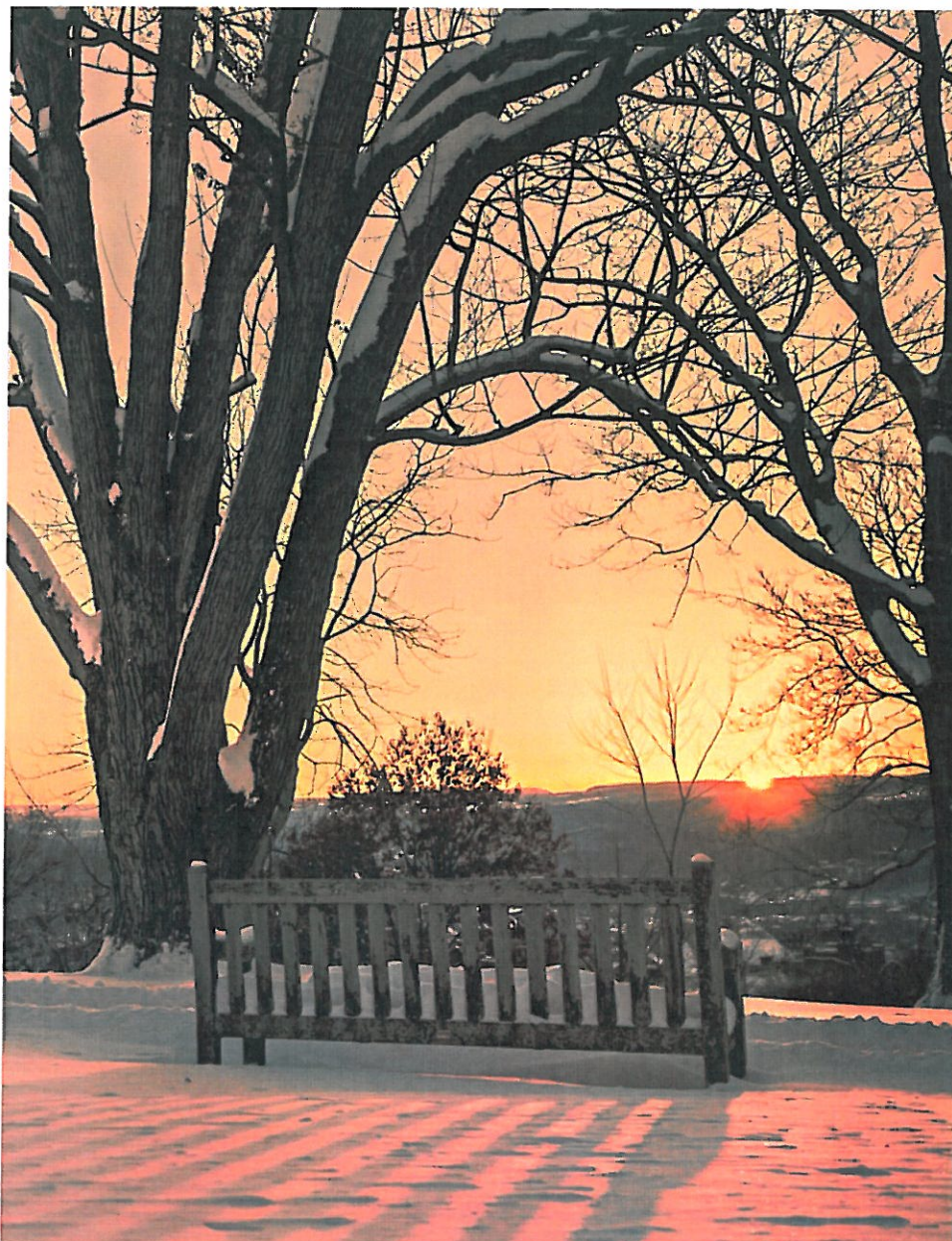
**ÍNDICE**

1. RELATÓRIO DE GESTÃO	4
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	23
3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	29
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	49



Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Abrantaqua - Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, S.A, submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço Individual, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respetivos anexos, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.



1. RELATÓRIO DE GESTÃO



ATIVIDADE DA EMPRESA



A Abrantaqua - Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão do Sistema de Recolha e Tratamento de Efluentes do Município de Abrantes, por contrato celebrado a 1 de agosto de 2007, com o Município de Abrantes, e por um período de 25 anos.

A Concessão tem por objeto, segundo o estabelecido em contrato, a exploração e gestão da recolha e tratamento de efluentes do Município de Abrantes, incluindo a construção, extensão, reparação,

renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimento do sistema concessionado.

EVENTOS RELEVANTES

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

ATIVIDADE DE CONCESSÃO DESENVOLVIDA

Águas residuais tratadas

A Abrantaqua ao longo do presente ano de 2015 recolheu e tratou um total de 2.671.680 metros cúbicos de águas residuais. Este quantitativo foi 17% inferior ao registado em 2014. Ainda neste sentido, importa referir que a precipitação verificada em 2015 foi significativamente inferior quando comparada com os valores registados em 2014, tendo-se registado, em termos médios, uma redução de 33%.

Extensão rede de drenagem

A rede de drenagem consignada, conforme cadastro, apresenta uma extensão total de 264,99 quilómetros, dos quais cerca de 1,741quilómetros correspondem a rede construída no presente ano na Barca do Pego, no âmbito da extensão do saneamento a lugares do Concelho, conforme objetivo do plano de investimentos da revisão do contrato de concessão, a qual entrou em vigor em maio de 2013.

Limpeza de fossa sépticas

No âmbito do serviço de recolha das águas das fossas sépticas das habitações não servidas com sistema de saneamento, no presente ano efetuou-se um total de 1.178 limpezas, menos 387 relativamente ao anterior.

O ano de 2012 havia já contado com a execução de últimas limpezas nas localidades de São Facundo, Barrada e de Vale das Mós, para efeitos de ligação das habitações aos sistemas de drenagem de águas residuais, os quais passaram a estar disponíveis com o arranque das respetivas estações de tratamento.



Em julho e novembro de 2013, respetivamente, foi transmitido aos utilizadores das localidades de Fontes e de Mouriscas, a disponibilidade do serviço de saneamento e resultante obrigatoriedade de ligação dos alojamentos.

Durante o ano de 2014 disponibilizou-se aos utilizadores o serviço de saneamento nas seguintes localidades: Areias, Alvega, Monte Galego, Ventoso, Portela, Ribeira do Fernando, Tubaral, Coalhos, Fojo e Cabrito.

Em março de 2015, tornou-se possível a ligação da população da Aldeia do Mato e da Carreira do Mato à rede de saneamento, sendo as águas residuais encaminhadas para a ETAR de Martinchel onde são tratadas com recurso a um sistema de lagunagem.

Atividades complementares na rede de drenagem

Relativamente à atividade na rede de drenagem, foram registadas 437 intervenções, relativas a desobstruções na rede de águas residuais/pluviais, reparações de caixa de visita, reparações de coletores, reposições de pavimento e substituições de acessórios da rede. O valor registado é idêntico ao verificado no ano de 2013, 427 intervenções, mas significativamente superior quando comparado com o valor de 2014, 361 intervenções.



Atividades complementares na exploração de instalações

Sobre as atividades de operação e manutenção das estações elevatórias e de tratamento de águas residuais, realizaram-se as normais atividades de operação e registos de dados das instalações. Neste âmbito efetuou-se a abertura de 292 ordens de trabalho relativas a ações de manutenção em equipamentos e órgãos, sendo uma classificada como ação de

beneficiação de uma das estações de tratamento de águas residuais.

Plano de controlo analítico

Relativamente ao plano de controlo analítico realizado para cumprimento do programa de autocontrolo previsto nas licenças de descarga, da recolha de dados para análise e controlo processual dos órgãos, para avaliação da qualidade das lamas produzidas e da realização das ações de fiscalização dos utilizadores do sistema de drenagem, efetuou-se um total de 1.688 amostras. A percentagem de cumprimento das condições de descarga das estações de tratamento foi de 93,14 %.

Novos sistemas em funcionamento

Em 2013 entrou em funcionamento a nova ETAR de Fontes, ETAR e EE final de Alvega, e as três EE do sistema de Mouriscas. Foi consolidado o arranque e normal funcionamento das ETAR de Barrada, de São Facundo, de Vale das Mós, de Mouriscas e de Carril.

Em 2014 teve início o funcionamento da EE de Areias, da EE Fojo, da EE Tubaral e da EE Ribeira do Fernando. Em 2015 iniciou-se a exploração da EE da Carreira do Mato e das três EE de Aldeia do Mato.



INVESTIMENTO

A Abrantaqua, para além de todas as suas obrigações, tem por objeto contratual a execução de infraestruturas de modo a concretizar o objetivo proposto de abranger 93% da população servida com rede de drenagem e sistemas de tratamento de águas residuais até 6 anos após a data do início da Concessão, e manter o mínimo de 90% da população servida com rede de drenagem e sistemas de tratamento de águas residuais a partir daquele prazo.

Para cumprimento da referida obrigação foi definido e contratualizado o Plano de Investimentos a realizar o qual se iniciou no ano de 2008 e ainda se encontra a decorrer.

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge, com a última alteração, cerca 9,85 milhões de euros, a preços correntes.

Relativamente ao cumprimento dos trabalhos previstos no âmbito do Plano de Investimentos celebrado com o Município de Abrantes, podemos salientar que se encontram total ou parcialmente terminadas, as seguintes rubricas do Plano de Investimentos;

Sistema de Saneamento em Bicas

O sistema de saneamento de Bicas é composto por rede coletora, estação elevatória final e sistema de tratamento.

A implementação da rede de saneamento teve início em junho de 2013, e visou a construção de 2.806,90 m de coletor. Após o início dos trabalhos foi acordado com a concedente ampliar a rede de drenagem em mais 1.369,20 m, tendo-se concluído os trabalhos durante o ano de 2014.

Devido à tardia disponibilização do terreno de localização da ETAR, os trabalhos de construção civil só tiveram início já no final de 2015, com trabalhos de delimitação do terreno, desbaste e terraplanagem. De referir, que se iniciou o processo de obtenção de baixada elétrica. No ano de 2016 continuarão os trabalhos de implementação da ETAR e estação elevatória.

As principais empreitadas de saneamento deste sistema, completamente executadas ou em execução no presente ano de atividade são:

- Rede de drenagem de Bicas.

Sistema de Saneamento de Coalhos, Fojo Cabrito

O sistema de saneamento de Coalhos, Fojo e Cabrito é composto por duas bacias de rede coletora gravítica, ligadas entre si com recurso a uma estação elevatória. Este sistema liga à rede de drenagem de Rossio ao Sul do Tejo, já existente.

A implementação da rede de saneamento teve início em junho de 2013. Ao longo do ano de 2013 foram implementados os 5.355,30 m de coletor inicialmente projetados e mais 486,90 m acordados com a concedente, bem como os 542,50 m de conduta elevatória e respetiva estação elevatória. Os trabalhos foram concluídos durante o ano de 2014.



As principais empreitadas de saneamento deste sistema, completamente executadas ou em execução no presente ano de atividade são:

- Rede de drenagem de Coalhos, Fojo e Cabrito;
- Estação elevatória de Fojo.

Sistema de Saneamento em Alvega

O sistema de saneamento de Alvega abrange as localidades de Ventoso, Monte Galego, Portelas, Tubaral, Ribeira do Fernando e de Alvega, esta última a sede de freguesia.

O saneamento destas localidades foi implementado maioritariamente no ano de 2011, com exceção da localidade do Tubaral, o qual foi realizado sobretudo no ano de 2012.

As principais empreitadas de saneamento deste sistema, completamente executadas ou em execução no presente ano de atividade são:

- Rede de drenagem de Alvega;
- Rede de drenagem de Monte Galego;
- Rede de drenagem de Ventoso;
- Rede de drenagem do Tubaral;
- Rede de drenagem da Ribeira do Fernando;
- Rede de drenagem de Portelas;
- Estação elevatória de Tubaral;
- Estação elevatória de Ribeira do Fernando;
- Estação elevatória Final de Alvega;
- Estação de tratamento de águas residuais de Alvega.

Sistema de Saneamento de Areias

O sistema de drenagem de Areias drenará para a ETAR de Casa Branca, em funcionamento desde 2005, e que atualmente apenas serve esta localidade, encontrando-se por esta razão sobredimensionada, tendo capacidade para um equivalente populacional de cerca de 400 habitantes.

A empreitada de implementação do coletor desta localidade iniciou-se em março de 2011 e terminou no final de agosto de 2012, excetuando-se a execução da estação elevatória que foi implementada no segundo semestre de 2013 e de um troço de coletor de 250 metros na EN118 e de três travessias na mesma, para ligação gravítica da maioria da bacia até ao sistema de Casa Branca, que foi efetuado em 2014.



As principais empreitadas de saneamento deste sistema, completamente executadas ou em execução no presente ano de atividade são:

- Rede de drenagem de Areias;
- Estação elevatória de Areias.

Sistema de Saneamento de Mouriscas

A ETAR começou a receber águas residuais em 2012, aquando da ligação de energia elétrica.

As principais empreitadas de saneamento deste sistema, completamente executadas ou em execução no presente ano de atividade são:

- Estação de tratamento de águas residuais de Mouriscas;
- Estação elevatória n.º 1 de Mouriscas;
- Estação elevatória n.º 2 de Mouriscas;
- Estação elevatória n.º 3 de Mouriscas;
- Rede de drenagem de Mouriscas (Casal da Igreja, Camarrão, Engarnais).

Sistema de Saneamento de Fontes

A empreitada de implementação da rede de drenagem do sistema de Fontes teve início em março de 2011 e terminou em meados de agosto de 2013 com a implementação da estação elevatória que permite a ligação de dois arruamentos ao coletor afluente à ETAR.

A ETAR do lugar de Fontes entrou em funcionamento no primeiro trimestre de 2013, imediatamente após as condições que permitiram a celebração do contrato de fornecimento de energia.

As principais empreitadas de saneamento deste sistema, completamente executadas ou em execução no presente ano de atividade são:

- Rede de drenagem do sistema de Fontes;
- Estação elevatória de Fontes;
- Estação de tratamento de águas residuais de Fontes.

Sistema de Saneamento de Carril

A totalidade da localidade de Carril drena graviticamente para a ETAR situada a noroeste do lugar. A instalação foi inaugurada no início de junho de 2012 e desde essa data passou a receber águas





residuais. Tem-se verificado um baixo caudal afluente.

A execução da empreitada da rede de drenagem decorreu entre o início de janeiro de 2011 e o final de maio de 2011. A execução da ETAR decorreu durante o primeiro trimestre de 2012.

As principais empreitadas de saneamento deste sistema, completamente executadas ou em execução no presente ano de atividade são:

- Rede de drenagem do sistema de Carril;
- Estação de tratamento de águas residuais de Carril.

Sistema de Saneamento de Barrada

A execução da empreitada da rede de drenagem decorreu entre finais de janeiro de 2011 e agosto de 2011, tendo-se iniciado a execução da ETAR em novembro de 2011 e finalizado em março de 2012.

As principais empreitadas de saneamento deste sistema, completamente executadas ou em execução no presente ano de atividade são:

- Rede de drenagem do sistema de Barrada;
- Estação de tratamento de águas residuais de Barrada.

Sistema de Saneamento de São Facundo

Com início em setembro 2011 e término em fevereiro de 2012, o saneamento de São Facundo foi complementado com novos trabalhos de extensão da rede às restantes ruas não servidas na primeira empreitada, que havia decorrido entre outubro de 2008 e julho de 2009, sendo que este projeto de extensão implicou a construção de 3 pequenas estações elevatórias para elevar as águas residuais das respetivas bacias.

As principais empreitadas de saneamento deste sistema, completamente executadas ou em execução no presente ano de atividade são:

- Rede de drenagem do sistema de São Facundo;
- Estação de tratamento de águas residuais de São Facundo;
- Estação elevatória n.º 1 de São Facundo;
- Estação elevatória n.º 2 de São Facundo;
- Estação elevatória n.º 3 de São Facundo.

Sistema de Saneamento de Vale das Mós

A rede de drenagem da localidade de Vale das Mós foi construída entre outubro de 2008 e junho de 2009.

As principais empreitadas de saneamento deste sistema, completamente executadas ou em execução no presente ano de atividade são:



- Rede de drenagem do sistema de Vale das Mós;
- Estação elevatória final de Vale das Mós;
- Estação de tratamento de águas residuais de Vale das Mós.



Sistema de Saneamento de Carreira do Mato

A rede de saneamento implementada prevê o envio das águas residuais para a ETAR de Martinchel, conforme acordado entre concessionária e concedente no âmbito da revisão do contrato de concessão.

A rede de drenagem construída na localidade de Carreira do Mato drena graviticamente a quase totalidade das habitações, convergindo a mesma para um emissário em direção à Aldeia do Mato.

As principais empreitadas de saneamento deste sistema, completamente executadas ou em execução no presente ano de atividade são:

- Rede de drenagem de Carreira do Mato.

Sistema de Saneamento de Aldeia do Mato

Integrando os efluentes de Carreira do Mato, a rede de saneamento implementada prevê o envio das águas residuais para a ETAR de Martinchel, conforme acordado entre concessionária e concedente no âmbito da revisão do contrato de concessão.

A rede de drenagem implementada na localidade de Aldeia do Mato drena graviticamente as águas residuais para uma estação elevatória instalada na rua do Vale da Vinha, com exceção das habitações situadas a jusante do entroncamento desta rua com a rua do Cruzeiro, as quais a partir daqui são servidas por uma estação elevatória situada junto ao miradouro, a estação elevatória n.º 1 de Aldeia do Mato, que eleva os restantes efluentes para a principal bacia.

As principais empreitadas de saneamento deste sistema, completamente executadas ou em execução no presente ano de atividade são:

- Rede de drenagem de Aldeia do Mato;
- Estação elevatória n.º 1 de Aldeia do Mato.

Transporte do efluente de Carreira do Mato e Aldeia do Mato até à ETAR de Martinchel

O sistema para envio dos efluentes de Carreira do Mato e de Aldeia do Mato para a ETAR de Martinchel é constituído por três estações elevatórias que integram um comprimento de 3.670 metros de conduta e cerca de 1.470 m de emissário.

As estações elevatórias foram terminadas em 2014 e encontram-se em funcionamento.



As principais empreitadas de saneamento deste sistema, completamente executadas ou em execução no presente ano de atividade são:

- Estação elevatória A de Carreira do Mato;
- Estação elevatória B de Aldeia do Mato;
- Estação elevatória C de Aldeia do Mato.

Saneamento Barca do Pego

A elaboração do Projeto da rede de drenagem de águas residuais ao longo da EN3 no lugar de Barca do Pego tem de corresponder às exigências da Estradas de Portugal e, apresentar uma solução para a inexistência de saneamento doméstico na via principal e integrar tres troços de coletores existentes naquele local.

Uma vez que a implantação de um dos troços, foi executado com pendente contrária à ligação do coletor principal, será necessária a construção de uma pequena elevatória a instalar na Rua da Barca, sem saída e perpendicular à EN3.

A empreitada encontra-se terminada, no entanto as estações elevatórias ainda não entraram em funcionamento, uma vez que os ramais elétricos ainda não se encontram concluídos/realizados por parte da EDP distribuição. Aguardamos a disponibilização da energia elétrica para se proceder aos ensaios dos equipamentos e respetiva ligação ao sistema.

As principais empreitadas de saneamento deste sistema, completamente executadas ou em execução no presente ano de atividade são:

- Rede de drenagem Barca do Pego;
- Estação elevatória A de Barca do Pego;
- Estação elevatória B de Barca do Pego.

Tratamentos Terciários

O desenvolvimento e arranque dos tratamentos terciários executados pela concessionária decorreram entre 2008 e 2010, encontrando-se as instalações desde esse período em normal funcionamento.

Apresenta-se a seguir um resumo destas empreitadas:

- ETAR da Fonte Quente;
- ETAR da Margem Sul;
- ETAR do Pego.

Remodelações

Sobre a rubrica remodelações do contrato de concessão, conforme previsto no Anexo Técnico, também no presente ano não se desenvolveram empreitadas tendo as mesmas decorrido entre o ano de 2008 e 2010, decorrendo a operação das instalações intervencionadas com normalidade.



O desenvolvimento da empreitada de remodelação da ETAR dos Carochos, iniciou-se em 2014, e foi concluído em dezembro 2015, tendo-se iniciado a fase de ensaios.

As principais empreitadas de saneamento deste sistema, completamente executadas ou em execução no presente ano de atividade são:

- Estação elevatória da Margem Sul;
- Estação elevatória n.º 1 do Tramagal;
- ETAR dos Carochos.

Benfeitorias

A Abrantaqua procedeu à execução das benfeitorias previstas no contrato de concessão, sendo que as estações de tratamento foram significativamente complementadas face ao previsto nesta rubrica, uma vez que careciam de intervenção para os seguintes efeitos:

- Obtenção das obrigatórias licenças de descarga pela ARH Tejo, IP;
- Cumprimento dos valores limite de descarga, por forma a não implicar eventuais multas pela concedente;
- Mitigação de aspetos ambientais causados pelas instalações;
- Implementação de instrumentação para efeitos de medição de parâmetros essenciais e prestar tal informação obrigatória junto da ERSAR e ARH Tejo;
- Dotação das instalações de segurança operacional e de acessos adequados à exploração, e prolongamento do horizonte de projeto das infraestruturas.



Com abrangência a cerca de 30 instalações, as benfeitorias previstas incidiram sobretudo na implementação de televigilância, remodelações de quadros elétricos e em trabalhos de conservação de obra civil, como substituição de serralharias, substituição de acessórios e beneficiações no recinto exterior.

Na lista seguinte apresentam-se as benfeitorias realizadas neste âmbito por instalação:

- Estação elevatória de Barreiras do Tejo;
- Estação elevatória n.º 2 de Bemposta;
- Estação elevatória n.º 3 de São Miguel do Rio Torto;
- Estação elevatória n.º 4 do Pego;



- ETAR de Bemposta;
- ETAR de Carvalhal;
- ETAR de Abrançalha de Baixo, ETAR de Abrançalha de Cima, ETAR de Paúl e ETAR de Casa Branca;
- ETAR de Arreciadas;
- ETAR de Souto 1;
- ETAR de Sentieiras;
- ETAR de Casais Revelhos;
- ETAR da Concavada;
- ETAR do Crucifixo 1 e 2.

Execução e Características dos Novos Ramais

De acordo com o contrato de concessão, a execução dos ramais não está a cargo da Abrantaqua. Contudo, a Abrantaqua no processo de execução das empreitadas de implementação do coletor de drenagem de águas residuais e infraestruturas adjacentes tem colaborado com os Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Abrantes, no sentido de salvaguardar a boa execução dos ramais de ligação entre o coletor e a rede predial.



Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente

A Abrantaqua desenvolveu no decorrer do ano 2015, o processo para obtenção da certificação de acordo com as Normas ISO 9001 e 14001, tendo obtido a Certificação em dezembro 2015.



Plano de Investimentos Executado

O investimento em infraestruturas, realizado durante o ano de 2015 foi de 1.249.698,13 euros, tendo a execução do Plano de Investimentos atingido no final do ano de 2015 o montante acumulado de 9.297.536,02, o qual, face ao valor definido como obrigatório após a última revisão (9.851.014,64 euros), apresenta uma percentagem de realização de mais de 94%.

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Abrantaqua no final de dezembro de 2015 foi o que se apresenta no quadro seguinte:

Implementação do tratamento terciário nas ETARs existentes	ETAR da Fonte Quente	342 773,38
	ETAR do Pego	95.976,55
	ETAR da Margem Sul	82 265,61
	Sub-total	521.015,54
Remodelações em infraestruturas existentes	Remodelação da Estação Elevatória da Margem Sul	56.534,43
	Remodelação da Estação Elevatória 1 do Tramagal	106 945,52
	Remodelação da ETAR dos Carochos	1 255.434,37
	Remodelação da ETAR 1 do Souto	7 986,95
	Remodelação da ETAR 2 do Souto	931,81
	Sub-total	1.427.833,08
Sistemas novos	Saneamento em Alvega	843 818,12
	Saneamento em Mouriscas	2.216.569,33
	Saneamento em Aldeia do Mato	388.580,40
	Saneamento em S. Facundo	259 855,84
	Saneamento em Fontes	330 680,31
	Saneamento em Vale das Mós e Pessegueiro	802 538,55
	Saneamento em Areias	143 186,76
	Saneamento em Monte Galego	188.209,54
	Saneamento em Ventoso	73 415,07
	Saneamento em Ribeira Fernando	146 620,15
	Saneamento em Carreira do Mato	273 550,50
	Saneamento em Portelas	63.674,32
	Saneamento em Carril	112 664,95
	Saneamento em Barrada	248 858,14
	Sub-total	6.092.221,98



	Sistema de Abrantes	18.029,21
	Sistema de Bemposta	7.301,41
	Sistema de Carvalhal	16.353,29
	Sistema de Martinchel	5.053,08
	Sistema de Abraçalha de Baixo	6.035,47
	Sistema de Abraçalha de Cima	6.952,64
	Sistema de Paúl	4.038,74
	Sistema de Arreciadas	5.915,67
	Sistema de Concavada	2.042,00
	Sistema de Crucifixo	2.595,76
	Sistema de Casais Revelhos	7.787,28
Benfeitorias	Sistema de Sentieiras	2.595,76
	Sistema do Souto	11.144,46
	Sistema de Margem Sul	79.842,90
	Sistema de Tramagal	13.653,70
	Sistema do Pego	115.525,94
	Sistema de S. Miguel do Rio Torto	13.042,69
	Sistema de Rio de Moinhos	14.602,81
	Sistema de Casa Branca	917,17
	Saneamento em Bicas	326.800,64
	Saneamentos em Coalhos, Fojos, Cabrito e Tubaral	462.131,80
	Barca do Pego	134.130,00
	Sub-total	1.256.492,42
	Total	9.297.563,02

OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

O objetivo estratégico da Abrantaqua está alicerçado na continuação da melhoria constante da qualidade dos serviços prestados à população, na vertente do saneamento de águas residuais, mantendo-se a renovação e remodelação da rede e equipamentos como a primeira prioridade dos investimentos a efetuar.

A Abrantaqua tem como missão a exploração e gestão do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do concelho de Abrantes, e execução do Plano de Investimentos, com vista à ampliação da rede de saneamento, reabilitação das infraestruturas e melhoria dos serviços prestados aos munícipes, bem como a melhoria da qualidade de vida e ambiental, e defesa da saúde da população de Abrantes, através da eliminação de focos de insalubridade pública segundo os padrões nacionais e europeus.



RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Abrantaqua é definida em relação direta com a estratégia de ambos os grupos acionistas, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade e ambiente a que nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste sentido, a Abrantaqua procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi no exercício findo em 2015 de 14 pessoas, o mesmo número que em 2014.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Abrantaqua espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração a médio prazo, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que visa a promoção do equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.



A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançadas pela Abrantaqua no ano de 2015, devendo ser lida conjuntamente com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas.

De salientar, que a empresa aplicou as normas IFRS para o exercício de 2015 e procedeu ao ajuste das demonstrações financeiras do exercício de 2009 (desde 1 de janeiro de 2009), de acordo com a versão das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro em vigor à data de 31 de dezembro de 2014.

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 3.282 milhões de euros (2.033 milhões de euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 1.250 milhões de euros originados pela aplicação da IAS 11), em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o exercício atual com o anterior, regista-se um ligeiro aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, cerca de 5% (de 1.944.418,41 euros em 2014 para 2.032.621,45 euros em 2015), e na rubrica de proveitos originados pela aplicação da IAS 11 regista-se um acréscimo significativo, tendo



a sua contribuição para o volume de negócios do período em análise sido em cerca de 139% (passando de 523.077,47 euros em 2014 para 1.249.968,13 euros em 2015).

Gastos e Perdas

O total dos gastos da Abrantaqua foi em 2015 de 3.021.316,36 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 2.292.855,34 euros, representa um acréscimo de cerca 32%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), registou um valor de 902.776,08 euros, representando cerca de 30% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 1.082.802,94 euros, representando então cerca de 47% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica de fornecimentos e serviços externos foi de -16,63%.

Para o total dos gastos, a rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos no ano de 2015, contribuiu em 43% dos gastos totais, o equivalente a 1.304.106 euros para o período em análise.

Na rubrica de gastos com o pessoal registaram-se 240.314,40 euros, representando cerca de 8% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma rubrica registava 225.337,00 euros, representando então cerca de 10% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica gastos com o pessoal apresenta um acréscimo de 6,65%.

A Abrantaqua registou em 2015, perdas por imparidade no montante de 2.349,19 euros, um valor inferior ao registado em 2014 de 6.327,38 euros.

A rubrica de outros gastos e perdas registou em 2015 o valor de 39.161,32 euros (1,30% do total dos gastos do período), tendo registado em 2014 o montante de 27.132,24 euros (1,18% do total dos gastos do período). A variação entre exercícios da rubrica outros gastos e perdas apresenta um acréscimo de 44,34%.

A maior das variações entre o período em análise e o período anterior, regista-se na rubrica de fornecimentos e serviços externos, que registou entre ambos um acréscimo de 34%, apresentando cerca de 2.152.474,21 euros para período em análise, face aos 1.605.880,41 euros do período anterior. Esta rubrica representa respetivamente 71% e 70% relativamente ao total dos gastos.

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Abrantaqua, registou no ano de 2015 cerca de 217.782,07 euros (equivalente a 7,21% do total dos gastos do exercício), que em comparação com o ano anterior representa um decréscimo de 17,63%, quando a mesma rubrica registava 264.392,09 euros (equivalente a 11,51% do total dos gastos do exercício).

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Abrantaqua foi em 2015 de 3.283.753,47 Euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 2.474.186,22 euros, representa um acréscimo de cerca 33%.

A rubrica de serviços prestados de saneamento registou em 2015 cerca de 2.032.621,45 euros, que comparado com o exercício anterior revela um acréscimo de 4,54% face ao valor de 1.944.418,41 euros.



A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos contribuiu em 2015 com 1.249.698,13 euros para o total dos proveitos, comparativamente com o valor de 523.077,47 euros para o período anterior.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos, registou em 2015 o valor de 1.433,89 euros.

Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido do exercício é positivo em 203.423,71 euros, decorrente de um aumento significativo da rubrica Vendas e Prestação de serviços.

Evolução dos Capitais Próprios

Apesar do ambiente macroeconómico, a Abrantaqua encontra-se confiante na sua estratégia para enfrentar os desafios existentes e para alcançar o seu compromisso de crescimento sustentável.

Os Capitais Próprios da Abrantaqua tiveram uma evolução favorável em 2015, que se deveu ao resultado positivo do exercício.

Embora muito dependentes da atual conjuntura económica nacional, os resultados acima mencionados foram conseguidos, uma vez mais, através de uma constante monitorização e aplicação de medidas corretivas durante todo o período em análise neste relatório.

No atual contexto macroeconómico, as perspetivas elaboradas para 2016 e anos seguintes, embora difíceis de alcançar, mantêm-se válidas.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado no período em análise, foi de 825.090,51 euros, o qual comparativamente com o período anterior, representa um aumento de 35%.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um acréscimo de quase 8%.

	Ano 2015	Ano 2014
Rentabilidade do ativo total	2,31%	0,68%
Rentabilidade dos capitais próprios	26,54%	11,35%
Rentabilidade das vendas	6,20%	2,59%
EBITDA	825 090,51 €	609 509,19 €
EBIT	480 219,18 €	445 722,97 €

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do balanço, em especial dos dois últimos anos, reflete um incremento na rubrica: capital próprio.



Em valores absolutos, os registos mostram que o ativo diminuiu de 9.403.461,16 euros em 2014 para 8.802.545,99 euros em 2015. Esta redução deveu-se principalmente à amortização do Plano de Investimentos.

Em termos desagregados, os capitais próprios sofreram um aumento de 36%, ou seja, de 562.915,92 euros em 2014 para 766.339,63 euros em 2015, tendo-se assistido à subida da sua participação na estrutura de capitais (8,00%) e a um decréscimo do valor do passivo, de 8.840.545,24 euros em 2014 para 8.036.206,36 euros em 2015.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2015, em termos percentuais, um aumento de quase todos os indicadores, exceto os relacionados com o endividamento, que sofreram uma redução face ao ano de 2014.

	Ano 2015	Ano 2014
Capitais próprios	766 339,63 €	562 915,92 €
Passivo total	8 036 206,36 €	8 840 545,24 €
Passivo corrente	6 482 754,74 €	5 037 395,49 €
Ativo total	8 802 545,99 €	9 403 461,16 €
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	8,71%	5,99%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	9,54%	6,37%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	91,29%	94,01%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	80,67%	56,98%

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Abrantaqua dará seguimento ao seu mandato para o triénio 2016-2018 com um elevado sentido de responsabilidade, que decorre do reconhecimento de que o difícil contexto nacional e internacional em que se vive tem, inevitavelmente, consequências para a gestão da empresa.

Consciente que nas crises podem surgir oportunidades, a Administração da Abrantaqua está determinada em aproveitar os tempos difíceis que a economia portuguesa atravessa para implementar reformas que conduzam a uma maior redução de custos e a uma maior eficiência nos serviços prestados.

Alicerçados na experiência dos grupos empresariais a que pertence, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, a Administração encara o futuro da Abrantaqua com muito otimismo e confiança.



DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, positivo em 203.423,71 euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal: 10.171,19 euros

Para Outras Reservas: 193.252,52 euros



AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Abrantaqua aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Abrantes, 31 de março de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos António Cordeiro da Conceição

Presidente

Luis Francisco de Lope Alonso

Vogal

Jesús Rodríguez Sevilla

Vogal

Artur António Baptista Vidal

Vogal

Júlio de Jesus Bento

Vogal



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em euros

	NOTAS	2015	2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2, 6	18.054,33	25.772,87
Ativos intangíveis	3.3, 6	7.445.457,51	7.782.610,30
Ativos por impostos diferidos	3.4, 7	365.219,60	362.664,94
sub-total		7.828.731,44	8.171.048,11
Ativo corrente			
Clientes	3.6, 9	557.159,74	554.727,36
Estado e outros entes públicos	3.6, 8	142.700,57	117.191,36
Outras contas a receber	3.6, 9	202.591,03	188.227,46
Diferimentos	3.6, 10	0,00	1.905,56
Caixa e depósitos bancários	3.6, 11	71.363,21	370.361,31
sub-total		973.814,55	1.232.413,05
Total do ativo		8.802.545,99	9.403.461,16
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	3.5, 14	500.000,00	500.000,00
Reservas legais	3.5, 14	13.193,31	10.000,00
Outras reservas	3.5, 14	126.933,38	66.260,48
Resultados transitados	3.5, 14	(77.015,25)	(77.015,25)
Outras variações no capital próprio	3.5, 14	(195,52)	(195,52)
Resultado líquido do período	3.5, 14	203.423,71	63.866,21
Total do capital próprio		766.339,63	562.915,92
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	3.8, 6	553.451,62	1.803.149,75
Financiamentos obtidos	3.6, 12	1.000.000,00	2.000.000,00
sub-total		1.553.451,62	3.803.149,75
Passivo corrente			
Fornecedores	3.6, 13	905.467,50	683.315,94
Estado e outros entes públicos	3.6, 8	67.078,12	5.529,19
Financiamentos obtidos	3.6, 5, 12	2.075.000,00	2.000.000,00
Outras contas a pagar	3.6, 13	3.435.209,12	2.348.550,36
sub-total		6.482.754,74	5.037.395,49
Total do passivo		8.036.206,36	8.840.545,24
Total do capital próprio e do passivo		8.802.545,99	9.403.461,16



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2015	2014
Vendas e serviços prestados	15	3.282.319,58	2.467.495,88
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	(24.363,84)	0,00
Fornecimentos e serviços externos	17	(2.152.474,21)	(1.605.880,41)
Gastos com o pessoal	18	(240.314,40)	(225.337,00)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9; 20	(2.349,19)	(6.327,38)
Outros rendimentos e ganhos	19	1.433,89	6.690,34
Outros gastos e perdas	20	(39.161,32)	(27.132,24)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		825.090,51	609.509,19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	(344.871,33)	(163.786,22)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		480.219,18	445.722,97
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	22	(217.782,07)	(264.392,09)
Resultado antes de impostos		262.437,11	181.330,88
Imposto sobre o rendimento do período	23	(59.013,40)	(117.464,67)
Resultado líquido do período		203.423,71	63.866,21



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em euros

RUBRICAS	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	2 056 317,16	1 174 060,90
Pagamentos a fornecedores	(445.207,49)	(320.264,09)
Pagamentos ao pessoal	(245.447,80)	(223.254,73)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(116.598,96)	(54.496,40)
Outros recebimentos/pagamentos	(156.237,52)	151.099,49
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	1.092.825,39	727.145,17
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos intangíveis	(229.041,42)	(479.796,25)
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares		
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(229.041,42)	(479.796,25)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		191.571,01
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(925.000,00)	(1 000 000,00)
Juros e gastos similares	(237.782,07)	(259.392,09)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(1.162.782,07)	(1.067.821,08)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(298.998,10)	(820.472,16)
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	370.361,31	1.190.833,47
Caixa e seus equivalentes no fim do período	71.363,21	370.361,31



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Em euros										
	Capital nominal	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital	Ações (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de ativos fixos	Ajustamentos ao valor de ativos financeiros	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período	500.000,00				10.000,00	66.064,96			(77.015,25)	63.866,21	562.915,92
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados					3.193,31	60.672,90				(63.866,21)	
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio	500.000,00				13.193,31	126.737,86			(77.015,25)		499.049,70
Resultado líquido do período										203.423,71	203.423,71
Posição no fim do período	500.000,00				13.193,31	126.737,86			(77.015,25)	203.423,71	766.339,63



Relatório e Contas 2015

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

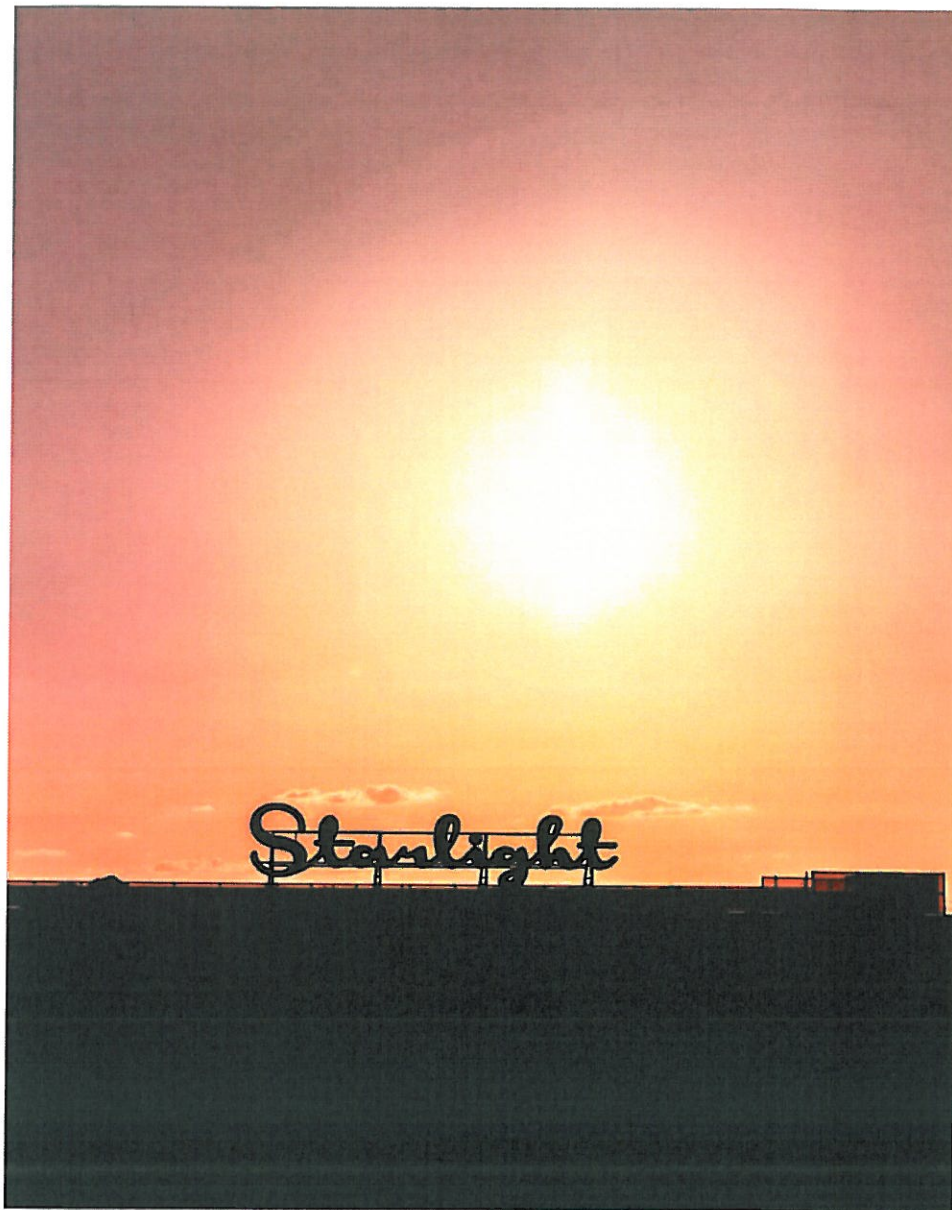
Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital nominal	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital	Ações (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de ativos fixos	Ajustamentos ao valor de ativos financeiros	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período	50.000,00				10.000,00	249.064,96			(1.586,26)	(75.428,99)	232.049,71
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados	450.000,00					(183.000,00)			(75.428,99)	75.428,99	267.000,00
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio	500.000,00				10.000,00	66.064,96			(77.015,25)		499.049,71
Resultado líquido do período									63.866,21	63.866,21	63.866,21
Posição no fim do período	500.000,00				10.000,00	66.064,96			(77.015,25)	63.866,21	562.915,92

abrantaqua

p.27

[Handwritten signatures and initials]



3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS



1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Abrantaqua - Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, S.A. é uma sociedade anónima com sede no Parque Lena - Alferrarede, em Abrantes, constituída em 26 de julho de 2007, tendo como atividade principal a exploração e gestão da recolha e tratamento de efluentes do Município de Abrantes, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimento do sistema concessionado.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Diretrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da empresa.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Abrantaqua foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com o SNC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS /IFRS"), tal como as adotadas na União Europeia a 1 de janeiro de 2010, nas matérias omissas relativamente ao âmbito da aplicação do SNC.

3.1. ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A empresa exerce uma atividade que se constitui na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. As mesmas são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto no contrato de concessão de serviço público celebrado com o um Município e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos da legislação em vigor, regula entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.



Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71 emitido pelo FASB e a ED emitidas pelo IASB). Estas regras prescrevem que uma empresa deve reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter a propriedade das infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores das referidas infraestruturas, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário.

A empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento total de 9.851 milhares de euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja, a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no ativo à medida que vai sendo realizado e, de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento), durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração, uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições atuais e a construção de novas infraestruturas.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço (construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão), a Abrantaqua reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, os quais se materializam num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público e os réditos e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar, que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:



	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	10 a 12 anos
Grupo 3 - Maquinas, aparelhos e ferramentas	3 a 8 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

No momento do abate ou alienação serão calculados os respetivos ganhos ou perdas, face ao valor líquido dos bens e serão registados como outros proveitos ou custos operacionais.

3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público.

No presente contrato de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível.

O ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas na percentagem proporcional ao total de investimento contratualizado com o Município.

O ativo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, sendo determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas, tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeiro.

3.4. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS E IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.



Os impostos diferidos são registados no Resultado líquido do período, em Outras Reservas ou em Excedentes de revalorização de ativos tangíveis ou intangíveis, consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

3.5. RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

Outras reservas

Esta rubrica inclui as quantias de todas e quaisquer reservas distribuíveis, cuja afetação decorre da deliberação dos detentores de capital.

Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

Outras variações no capital próprio

Esta rubrica regista também os efeitos da mudança de referencial contabilístico, tal como definido na NCRF 3.

Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no exercício.

3.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros na empresa classificam-se conforme detalhe seguinte e a sua mensuração depende da categoria:

Clientes

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, por forma a refletirem o valor realizável líquido. As perdas por imparidade serão registadas quando existir informação objetiva da incobrabilidade da dívida.

Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

**Outras contas a receber**

As outras contas a receber incluem devedores por acréscimos de rendimentos, dívidas do pessoal e outros devedores, e encontram-se valorizadas ao custo.

Diferimentos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorram, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efetiva.

Outras contas a pagar

As outras contas a pagar incluem credores por acréscimos de rendimentos, fornecedores de investimento, dívidas ao pessoal e outros credores, e encontram-se valorizadas ao custo.

Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

3.7. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os proveitos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção, em função do período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

A empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos períodos pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.



3.8. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Sempre que a empresa reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão. Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual.

Na possibilidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas se se mantiver a possibilidade de afetar os períodos futuros, a empresa não reconhece um passivo contingente, mas promove a sua divulgação.

Quando se verificam ativos contingentes resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência dependa de eventos futuros incertos, estes não são registados. À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

3.9. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos reversíveis da concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento reversível definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão e são registados em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos reversíveis visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e do balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

3.10. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de período, são refletidos nas demonstrações financeiras, enquanto os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

3.11. GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afetar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que o principal cliente é uma entidade de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.



3.12. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Os valores estimados referentes aos ativos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis. As revisões das estimativas em períodos seguintes são reconhecidas em resultados e são objeto da divulgação adequada à sua materialidade.

Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, proceder-se-á à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações financeiras.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão da empresa efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de proveitos, custos, ativos, passivos e divulgações à data do reporte da informação financeira.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão da empresa, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas ações que a empresa considera poder vir a desenvolver no futuro.

Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes dos apresentados nestas estimativas.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015, não ocorreram alterações significativas de estimativas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2014.

5. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC - Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., através da participação de 60,00% da empresa FCC Aqualia, S.A., e Lena, S.G.P.S., através da participação de 40,00% da empresa Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.

As contas da sociedade são incluídas na consolidação das contas dos respetivos grupos.

Relativamente às transações entre partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2015, o detalhe dos saldos respetivos foi o seguinte:



	Ano 2015	Ano 2014
Ativo		
Clientes C/C		
HIDC - Hidro-Investimentos do Centro	331.290,07 €	331.290,07 €
<i>(Transações relativas a Trabalhos Especializados e aquisição de Imobilizado. As condições de pagamento são idênticas às aplicadas aos restantes clientes)</i>		
Outros devedores e credores		
HIDC - Hidro-Investimentos do Centro	0,00 €	1.086,77 €
<i>(Transações relativas a pagamentos efetuados por conta e ordem do HIDC - Hidro-Investimentos do Centro. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes clientes)</i>		
Total	331.290,07 €	332.376,84 €
Passivo		
Fornecedores C/C		
FCC Aqualia, S.A. - Sucursal em Portugal	343.489,52 €	120.976,88 €
<i>(Transações relativas a Trabalhos Especializados e aquisição de Imobilizado. As condições de pagamento são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, SA	614.989,16 €	371.532,75 €
<i>(Transações relativas a Trabalhos Especializados e aquisição de Imobilizado. As condições de pagamento são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
Fornecedores de Investimentos		
HIDC - Hidro-Investimentos do Centro	2.977.348,19 €	2.006.087,26 €
<i>(Transações relativas a aquisição de Imobilizado. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
Outros devedores e credores		
HIDC - Hidro-Investimentos do Centro	0,00 €	0,00 €
<i>(Transações relativas a pagamentos efetuados por conta e ordem do HIDC - Hidro-Investimentos do Centro. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
Total	3.935.826,87 €	2.498.596,89 €

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A sociedade em 2014, para uniformização dos critérios do Grupo FCC Aqualia, procedeu à contabilização em Ativos Fixos Intangíveis em firme, o total dos investimentos a efetuar de acordo com o contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidades acumuladas, foi o seguinte:



ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Outras alterações	Saldo em 31.12.2014
Ativos fixos tangíveis					
Equipamento básico	68 175,14 €	0,00 €	0,00 €	-13 075,35 €	81 250,49 €
Equipamento administrativo	33.058,36 €	0,00 €	0,00 €	-2 690,16 €	35.748,52 €
Total	101.233,50 €	0,00 €	0,00 €	-15.765,51 €	116.999,01 €
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS					
Ativos fixos tangíveis					
Equipamento básico	58 047,39 €	5.396,71 €	0,00 €	-6 121,35 €	58 772,03 €
Equipamento administrativo	25.131,78 €	2.321,83 €	0,00 €	-9 644,16 €	32.454,11 €
Total	83.179,17 €	7.718,54 €	0,00 €	-15.765,51 €	91.226,14 €
Saldo líquido	18.054,33 €	7.718,54 €	0,00 €	0,00 €	25.772,87 €

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e reavaliações	Abates e alienações	Outras alterações	Saldo em 31.12.2014
Ativos intangíveis					
em Firme	9.866.780,15 €	0,00 €	0,00 €	15.765,51 €	9.851.014,64 €
em Curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	9.866.780,15 €	0,00 €	0,00 €	15.765,51 €	9.851.014,64 €
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS					
Ativos intangíveis					
em Firme	2.421.322,64 €	337.152,79 €	0,00 €	15.765,51 €	2.068.404,34 €
Total	2.421.322,64 €	337.152,79 €	0,00 €	15.765,51 €	2.068.404,34 €
Saldo líquido	7.445.457,51 €	-337.152,79 €	0,00 €	0,00 €	7.782.610,30 €

Provisões

As provisões registadas são referentes ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, se encontra está por realizar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado, no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido no valor das provisões foi o seguinte:



	Ano 2015	Ano 2014
Saldo inicial	1.803.149,75 €	2.326.227,22 €
Aumentos		
Diminuições	-1.249.698,13 €	-523.077,47 €
Total	553.451,62 €	1.803.149,75 €

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe da rubrica de impostos diferidos a 31 de dezembro de 2015 e de acordo com as diferenças temporárias que lhe deram origem, foi o seguinte:

	Ano 2015		Ano 2014	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	362.664,94 €	0,00 €	468.697,85 €	0,00 €
Efeitos na demonstração de resultados				
Aumento/(Utilização) de prejuízos fiscais reportáveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais	2.554,66 €	0,00 €	(106.032,91) €	0,00 €
Outros efeitos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total dos efeitos na demonstração de resultados	2.554,66 €	0,00 €	(106.032,91) €	0,00 €
Efeitos em capitais próprios				
Justo valor	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros efeitos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total dos efeitos nos capitais próprios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Saldo final	365.219,60 €	0,00 €	362.664,94 €	0,00 €

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de dezembro de 2015 a conta de estado e outros entes públicos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2015	Ano 2014
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	7.045,80 €	62.076,70 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	135.654,77 €	55.114,66 €
Total	142.700,57 €	117.191,36 €
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	61.568,06 €	0,00 €
Retenção de impostos sobre o rendimento	1.598,50 €	1.704,00 €
Contribuições para a segurança social	3.911,56 €	3.825,19 €
Total	67.078,12 €	5.529,19 €



9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

A rubrica de clientes reflete, quase na sua totalidade, o valor a pagar pelo cliente HIDC-Hidro-Investimentos do Centro, A.C.E. (331.290,07 euros) e pelo cliente Serviços Municipalizados de Abrantes (225.547,07 euros) à data de 31 de dezembro de 2015, sendo este último relativo a aproximadamente dois meses de faturação.

	Ano 2015	Ano 2014
Clientes		
Clientes C/C	557.159,74 €	554.727,36 €
Perdas por imparidade acumuladas	(2.349,19) €	(6.327,38) €
Total	554.810,55 €	548.399,98 €

O valor registado no ano 2015 em perdas por imparidade de dívidas a receber somou 2,349.19 euros e 6.327,38 euros para o ano 2014.

A 31 de dezembro de 2015, a rubrica de outras contas a receber apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2015	Ano 2014
Outras contas a receber		
Adiantamentos a fornecedores	27.932,31 €	8.431,19 €
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação (1)	147.658,72 €	143.813,29 €
Devedores e credores diversos	27.000,00 €	35.982,98 €
Total	202.591,03 €	188.227,46 €

(1) O valor da rubrica devedores por acréscimos de rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfazamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados.

10. DIFERIMENTOS

A 31 de dezembro de 2015, a rubrica de diferimentos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2015	Ano 2014
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	0,00 €	1.905,56 €
Total	0,00 €	1.905,56 €

11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes nas demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2015 e a reconciliação entre esse valor e o montante de caixa e equivalentes de caixa constante da demonstração da posição financeira nessa data foi:



	Ano 2015	Ano 2014
Caixa	344,47 €	1 208,19 €
Depósitos à ordem		
Banco Santander Totta	18.843,25 €	140.965,99 €
Banco Espírito Santo	52.175,49 €	228.187,13 €
Total	71.363,21 €	370.361,31 €

12. FINANCIAMENTOS

As dívidas a instituições de crédito e sociedades financeiras, correntes e não correntes, decompunham-se, à data de 31 de dezembro de 2015, da seguinte forma:

	Ano 2015	Ano 2014
Passivo não corrente		
Dívidas a instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários (MLP)	1 000.000,00 €	2.000.000,00 €
Total	1.000.000,00 €	2.000.000,00 €

	Ano 2015	Ano 2014
Passivo corrente		
Dívidas a instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1.000.000,00 €	1 000.000,00 €
Descobertos bancários	400.000,00 €	1 000.000,00 €
Total	1.400.000,00 €	2.000.000,00 €

Nota: Os valores constantes da rubrica dívidas a instituições de crédito e sociedades financeiras são referentes a um empréstimo de longo prazo no montante de 1 milhão de euros, a um empréstimo de curto prazo no montante de 1 milhão de euros e a uma linha de crédito no montante de 1 milhão de euros.

	Ano 2015	Ano 2014
Acionistas/Sócios		
Empréstimos concedidos		
FCC Aqualia, S.A.	645.000,00 €	0,00 €
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A.	30.000,00 €	0,00 €
Total	675.000,00 €	0,00 €

13. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDITORES

A rubrica de fornecedores de conta corrente reflete as faturas em aberto, a pagar a fornecedores diversos, à data de 31 de dezembro de 2015, sendo o seu detalhe o seguinte:

	Ano 2015	Ano 2014
Fornecedores		
Fornecedores C/C	905.467,50 €	683.315,94 €
Total	905.467,50 €	683.315,94 €



	Ano 2015	Ano 2014
Passivo corrente		
Outras contas a pagar		
Pessoal	22.764,80 €	27.984,57 €
Fornecedores de investimentos	3.026.743,97 €	2.006.965,76 €
Credores por acréscimos de gastos	126.643,84 €	313.600,03 €
Devedores e credores diversos	259.056,51 €	0,00 €
Total	3.435.209,12 €	2.348.550,36 €

14. CAPITAL PRÓPRIO

Capital

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital totalmente subscrito e realizado era composto por 100.000 ações com o valor nominal de 5 Euro cada.

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 15 de abril de 2015, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de 63.866,21 Euros, foi transferido para reserva legal no montante de 3.193,31 Euros e o remanescente para a rubrica de outras reservas.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 7 de julho de 2014, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de -75.428,99 Euros, foi transferido para a rubrica de resultados transitados.

15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de vendas e prestações de serviços apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2015	Ano 2014
Vendas	0,00 €	0,00 €
Serviços prestados	2.032.621,45 €	1.944.418,41 €
Subcontratos (2)	1.249.698,13 €	523.077,47 €
Total	3.282.319,58 €	2.467.495,88 €

(2) Corresponde à componente de proveitos reconciliados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3.

16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

A 31 de dezembro de 2015 o detalhe da conta de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas foi o seguinte:



	Ano 2015	Ano 2014
Matérias-primas		
Existências iniciais	0,00 €	0,00 €
Compras	24.363,84 €	0,00 €
Regularização de existências	0,00 €	0,00 €
Existências finais	0,00 €	0,00 €
Total	24.363,84 €	0,00 €

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A 31 de dezembro de 2015, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2015	Ano 2014
Subcontratos (2)	1.304.106,00 €	570.415,50 €
Serviços especializados	420.848,55 €	587.213,16 €
Materiais	8.243,09 €	2.903,23 €
Energia e fluidos	266.195,46 €	328.615,61 €
Deslocações, estadas e transportes	6.684,62 €	2.900,81 €
Serviços diversos	146.396,49 €	113.832,10 €
Total	2.152.474,21 €	1.605.880,41 €

(2) Corresponde à componente de custos reconciliados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3

18. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de custos com o pessoal apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2015	Ano 2014
Remunerações	186.808,03 €	174.411,55 €
Encargos sociais	41.138,78 €	38.179,49 €
Seguros de acidentes de trabalho	9.907,22 €	7.440,77 €
Gastos de ação social (SHT)	986,09 €	558,60 €
Outros gastos com o pessoal	1.474,28 €	4.746,59 €
Total	240.314,40 €	225.337,00 €

Nota: O número médio de pessoas ao serviço da empresa repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 2015 de 14 pessoas

19. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2015 o detalhe da rubrica de outros rendimentos e ganhos foi como se apresenta de seguida:

	Ano 2015	Ano 2014
Outros rendimentos e ganhos	1.433,89 €	6.690,34 €
Total	1.433,89 €	6.690,34 €



20. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de outros gastos e perdas apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2015	Ano 2014
Impostos e taxas	22.487,77 €	17.926,32 €
Donativos	0,00 €	0,00 €
Multas e penalidades	0,00 €	4.902,08 €
Serviços bancários	15.330,15 €	3.888,46 €
Insuficiência da estimativa para impostos	0,00 €	0,00 €
Correções relativas a períodos anteriores	3,00 €	301,93 €
Juros de Mora	0,00 €	0,00 €
Juros Compensatórios	0,00 €	0,00 €
Outros gastos e perdas	3.689,59 €	6.440,83 €
Total	41.510,51 €	33.459,62 €

O valor registado no ano 2015 em perdas por imparidade de dívidas a receber somou 2.349,19 euros e 6.327,38 euros para o ano 2014 e está registado nos "Outros gastos e perdas".

21. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2015, o detalhe da rubrica de gastos/reversões de depreciação e de amortização foi o seguinte:

	Ano 2015	Ano 2014
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento básico	5.396,71 €	9.242,43 €
Equipamento administrativo	2.185,52 €	1.614,52 €
Ativos intangíveis		
Outros ativos intangíveis (Reversíveis)	337.289,10 €	152.929,27 €
Total	344.871,33 €	163.786,22 €

22. RESULTADOS FINANCEIROS

A rubrica de resultados financeiros apresentava no período findo em 31 de dezembro de 2015 a seguinte composição:

	Ano 2015	Ano 2014
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	217.782,07 €	264.392,09 €
Total	217.782,07 €	264.392,09 €
Resultados financeiros	(217.782,07) €	(264.392,09) €



23. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde está sediada. No Município de Abrantes, a derrama é de 1,5%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 22,5%.

No exercício de 2015, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

Em 2014, foram ainda alteradas as regras de dedução de prejuízos fiscais reportáveis ("PFR"). O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 passou para doze períodos de tributação (este prazo é de cinco anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2012 e 2013, quatro anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2010 e 2011 e de seis anos para os períodos de tributação anteriores).

Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis passou a estar limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são detalhados conforme se apresenta de seguida:



	Ano 2015	Ano 2014
Resultado líquido do período (expurgado do impacto do imposto diferido)	262.437,11 €	169.899,13 €
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	328.367,15 €	152.929,27 €
Donativos	0,00 €	0,00 €
IRC e outros impostos incidentes sobre lucros	0,00 €	11.431,75 €
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infracções	0,00 €	4.902,08 €
Correções relativas a períodos anteriores	3,00 €	301,93 €
Outros custos a acrescentar	9.093,26 €	6.451,38 €
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(325.798,76) €	(309.756,22) €
Reversão imparidade	(8.440,13) €	0,00 €
		0,00 €
Lucro tributável	265.661,63 €	36.159,32 €
Prejuízos reportados de anos anteriores 2008	0,00 €	0,00 €
Prejuízos reportados de anos anteriores 2009	0,00 €	0,00 €
Prejuízos reportados de anos anteriores 2010	0,00 €	0,00 €
Prejuízos reportados de anos anteriores 2011	0,00 €	0,00 €
Prejuízos reportados de anos anteriores 2012	0,00 €	0,00 €
Matéria colectável	265.661,63 €	36.159,32 €
Colecta	55.188,94 €	7.416,64 €
Pagamento especial por conta		5.718,22 €
Retenções na fonte	0,00 €	0,00 €
Pagamento por conta	7.045,80 €	67.790,24 €
IRC a pagar	48.143,14 €	(66.091,82) €
Derrama	3.984,92 €	542,39 €
Tributações autónomas	2.394,20 €	3.472,72 €
Total a pagar	54.522,27 €	(62.076,71) €
Imposto do período	61.568,07 €	11.431,75 €

Resultado antes do impacto do imposto diferido ativo	262.437,11 €	181.330,88 €
Imposto diferido ativo (2741 / 8122)	2.554,66 €	(106.032,91) €
Imposto do período com impacto do imposto diferido ativo no resultado	(59.013,41) €	(117.464,66) €
Resultado após impacto do imposto diferido ativo	203.423,69 €	63.866,21 €



24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Ativos contingentes

À data de 31 de dezembro de 2015, não existiam na Abrantaqua ativos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se no período em questão.

Passivos contingentes, garantias e compromissos

Foram prestadas pelas entidades, referidas no quadro seguinte, garantias bancárias à Câmara Municipal de Abrantes, para garantia do cumprimento das obrigações assumidas no contrato celebrado com aquela entidade.

	Ano 2015	Ano 2014
FCC Aqualia, S.A	462.640,80 €	462.640,80 €
Lena Ambiente - Gestão de Resíduos, S.A	308.427,20 €	308.427,20 €
Total	771.068,00 €	771.068,00 €

25. LOCAÇÕES

Locações operacionais

Foram celebrados contratos de *renting* com a empresa Rentlei no ano 2015, pelo período de 36 e 60 meses.

Durante os meses remanescentes prevê-se que venham a ser pagos mais 96.959,83 Euros.

26. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após a data de balanço não ocorreram acontecimentos relevantes que justifiquem a sua divulgação.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Handwritten notes in the right margin, including a signature and the word "abrantaqua".



OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Inscrita sob o n.º 23
Auditor (C.M.V.M.)

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da *Abrantaqua – Serviço de Águas Residuais Urbanas de Abrantes, S.A.*, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 8.802.546 euros e um total de capital próprio de 766.340 euros, incluindo um resultado líquido de 203.424 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

SEDE | HEAD OFFICE
Av. da Liberdade, n.º 245 – 8.º A, B e C
1250-143 LISBOA - PORTUGAL
Tel. (+351) 217 271 197
Fax (+351) 217 273 129

Delegação Centro | Center Branch
Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3
2415-396 LEIRIA - PORTUGAL
Tel. (+351) 244 822 175
Fax (+351) 244 822 178

Delegação Norte | North Branch
Via Eng.º Edgar Cardoso, n.º 23
Ed. Tower Plaza - Escritório 5E
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL
Tel. (+351) 223 744 485
Fax (+351) 223 744 977

E-mail: geral@orasroc.pt

Web: www.orasroc.pt



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da *Abrantaqua – Serviço de Águas Residuais Urbanas de Abrantes, S.A.* em 31 de dezembro de 2015, e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 12 de abril de 2016

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC nº 1056



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação das contas da *Abrantaqua – Serviço de Águas Residuais Urbanas de Abrantes, S.A.*, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.
2. Ao longo do exercício, o Fiscal Único desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Empresa. Para o efeito, o Conselho de Administração prestou os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foi apreciado o relatório de gestão, completado o exame das contas com vista à sua certificação legal.
4. **Parecer**

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos no número anterior, designadamente o que se contém na Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:
 - a) Aprove os documentos de prestação das contas do exercício de 2015, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.
5. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 12 de abril de 2016

O FISCAL ÚNICO

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por
Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056